

RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.495 - BA (2019/0098249-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : FLAVIO RUBENS SOUZA ANDRADE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

FLÁVIO RUBENS SOUZA ANDRADE interpõe recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal Regional Federal da 1ª Região** na Apelação Criminal n. 0025043-79.2011.4.01.3300/BA.

Nas razões recursais, a defesa aponta **violação dos arts. 61 do Código de Processo Penal e 109, V, do Código Penal, sob o argumento de que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva estatal**. Para tanto, salienta que, entre a data da publicação da sentença condenatória e a interposição deste recurso, transcorram mais de 4 anos, prazo prescricional incidente na espécie.

Requer, portanto, o reconhecimento da referida prescrição da pretensão punitiva, com a consequente declaração de extinção da punibilidade.

Apresentadas as contrarrazões e admitido o recurso, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo seu não provimento.

Decido.

De início, registro que, de fato, como ressaltou a defesa, a decisão proferida pelo Tribunal, em apelação, que apenas confirma a condenação operada em primeiro grau não interrompe o lapso prescricional.

Ao examinar o **HC n. 316.110/SP** (DJe 1º/7/2019), pontuei que, em alguns casos recentes, mesmo a simples confirmação da condenação em segundo grau constituiria novo marco interruptivo da prescrição (**Edcl no AgRg no AREsp n. 1.167.106/SP**, DJe 26/4/2019). Tal constatação foi motivada pela existência de precedentes do STF nesse sentido e foi acompanhada pela Sexta Turma na oportunidade.

Na ocasião, reconheci, contudo, que essa questão não estava pacificada até então no âmbito da Suprema Corte e, por isso, seria **necessária cautela na modificação da pacífica jurisprudência do STJ sobre o tema**. A propósito, observa-se, pelos recentes precedentes do STF, que permanece nítida a divergência existente entre a Primeira e a Segunda Turmas, conforme se verifica, respectivamente, nos seguintes arestos:

(Primeira Turma)

[...]

A prescrição é, como se sabe, o perecimento da pretensão punitiva ou da pretensão executória pela inércia do próprio Estado. No art. 117 do Código Penal que deve ser interpretado de forma sistemática todas as causas interruptivas da prescrição demonstram, em cada inciso, que o Estado não está inerte. 2. **Não obstante a posição de parte da doutrina, o Código Penal não faz distinção entre acórdão condenatório inicial e acórdão condenatório confirmatório da decisão. Não há, sistematicamente, justificativa para tratamentos díspares.** 3. A ideia de prescrição está vinculada à inércia estatal e o que existe na confirmação da condenação é a atuação do Tribunal. **Consequentemente, se o Estado não está inerte, há necessidade de se interromper a prescrição para o cumprimento do devido processo legal.** 4. RECEBO os embargos de declaração como agravo regimental, ao qual nego provimento. (RE n. 1.210.553 ED/RS, Rel. Ministro Alexandre de Moraes, 1ª T., DJe 5/8/2019, grifei)

(Segunda Turma)

[...]

Jurisprudência desta Suprema Corte, **cujas decisões corretamente distinguem, para efeito de interrupção da prescrição penal (CP, art. 117, IV), entre acórdão condenatório e acórdão meramente confirmatório de anterior condenação penal, em ordem a não atribuir eficácia interruptiva do lapso prescricional à decisão do Tribunal que simplesmente nega provimento ao recurso interposto pelo réu contra anterior sentença condenatória.** Precedentes. Doutrina. (RE n. 1.202.790 AgR/GO, Rel. Ministro Celso de Mello, 2ª T., DJe 6/8/2019, destaquei)

Em reforço à necessidade de manter o entendimento prevalecente neste Superior Tribunal, saliento, ainda, o fato de que a Corte Especial, no julgamento do **EDcl no AgRg no RE nos EREsp n. 1.619.087/SC** (Rel. Ministro **Humberto Martins**, DJe 22/3/2019), reafirmou a compreensão de que **o acórdão confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo prescricional, ainda que modifique a pena fixada**, nos termos descritos no art. 117, IV, do Código Penal. Diante disso, considero prudente manter-se o atual entendimento desta Corte até que essa questão seja dirimida pelo STF.

Na espécie, o recorrente foi condenado, em primeira instância, pela prática do crime previsto no art. 1º, I e IV, da Lei n. 8.137/1990, c/c o art. 71, do Código Penal.

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a condenação. A pena definitiva foi de 2 anos e 4 meses de reclusão, a qual, descontada a fração da continuidade delitiva (Súmula n. 497 do STF), passar a ser de **2 anos** e, portanto, aplica-se o prazo previsto no art. 109, V, do Código Penal.

Assim, verificado o trânsito em julgado para o Ministério Público, é forçoso reconhecer a **prescrição da pretensão punitiva estatal**, na forma retroativa, pois transcorridos **mais de 4 anos entre a publicação da sentença condenatória, em cartório, ocorrida no dia 22/4/2014 (fl. 496), e o presente momento**.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, c/c o art. 34, XVIII, "c", parte final, do RISTJ, **dou provimento ao recurso especial**, para extinguir a punibilidade do fato pela incidência da prescrição da pretensão punitiva.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator